

EDUCAÇÃO POPULAR E ENVELHECIMENTO: O CRAS COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DO SABER NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E IDOSOS

Luís Carlos dos Santos ¹

Pedro Herlleison Gonçalves Cardoso ²

RESUMO

Este estudo investigou a aplicação dos princípios da educação popular, inspirados nos conceitos de Paulo Freire, nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com o objetivo de analisar como essas práticas estimularam o protagonismo dos idosos na construção do conhecimento e no fortalecimento dos laços comunitários. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e focou em experiências educativas como rodas de conversa, oficinas temáticas e projetos intergeracionais, que possibilitaram a troca de saberes entre idosos e a comunidade. Os resultados revelaram que tais estratégias contribuíram significativamente para o fortalecimento da autoestima e autonomia dos idosos, além de ampliar sua participação social e valorizar seus conhecimentos. Além disso, o CRAS foi identificado como um espaço fundamental para a promoção da educação ao longo da vida, proporcionando aos idosos o reconhecimento como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Entretanto, o estudo também destacou desafios importantes, como a escassez de recursos e a necessidade de maior capacitação dos profissionais que atuam nesses espaços. A ampliação das iniciativas de educação popular, de modo a beneficiar um maior número de idosos, também foi apontada como uma medida crucial. A pesquisa conclui que é essencial fortalecer essas práticas por meio de políticas públicas de assistência social que incentivem e garantam a continuidade da educação popular e inclusiva nos CRAS, de modo a proporcionar um envelhecimento ativo e saudável, promovendo a inclusão social e a valorização dos saberes dos idosos na sociedade.

Palavras-chave: Educação Popular; Envelhecimento Ativo; CRAS; Autonomia; Aprendizagem Coletiva.

¹ Bacharel em Administração (ESTACIO), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@hotmail.com

² Licenciado em Biologia (URCA) e Química (IFCE), Esp. em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (FacuMinas), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento (UFAL), Dr. em Economia Rural (UFC), pedroherlleison@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

A educação popular constitui-se como um processo político, pedagógico e emancipador que busca promover a autonomia e a conscientização dos sujeitos sociais. Fundamentada nos princípios de Paulo Freire, ela propõe uma prática educativa centrada na realidade do educando, baseada no diálogo e na valorização dos saberes populares (Freire, 2005). No contexto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) representa um espaço privilegiado para a concretização desses princípios, ao promover a cidadania e o fortalecimento de vínculos.

Desde a criação da PNAS em 2004, o CRAS tem desempenhado um papel fundamental na consolidação da proteção social básica no Brasil. Como destaca o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (Brasil, 2023), esses equipamentos constituem a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo ações de convivência, apoio e formação cidadã. Assim, o CRAS torna-se um território educativo, em que a aprendizagem é construída coletivamente por meio da escuta, do diálogo e da participação comunitária.

O envelhecimento populacional é um fenômeno global e, no Brasil, assume dimensões expressivas. Dados recentes do Ibge (2024) apontam que a população com 60 anos ou mais já ultrapassa 32 milhões de pessoas, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para o envelhecimento ativo e para a inclusão social. Nesse contexto, as práticas educativas desenvolvidas nos CRAS desempenham papel essencial na promoção da autonomia, autoestima e integração social dos idosos.

A pedagogia freireana propõe uma educação libertadora, que rompe com o modelo tradicional e reconhece o educando como sujeito ativo de sua própria aprendizagem. Segundo Freire (2022), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção”. Essa concepção está presente nas experiências educativas realizadas nos CRAS, onde o idoso é valorizado como portador de saberes, memórias e práticas culturais que contribuem para o enriquecimento coletivo do grupo.

O CRAS, enquanto equipamento de base territorial, permite a construção de práticas educativas alinhadas às necessidades e potencialidades locais. Para Santos et al. (2024), esses espaços constituem ambientes de trocas significativas, em que a educação popular é vivenciada na prática por meio de oficinas temáticas, rodas de conversa e



atividades intergeracionais. Tais ações promovem o protagonismo dos idosos e fortalecem os laços comunitários.

A educação de adultos e idosos, desenvolvida nos CRAS, ultrapassa a dimensão instrucional e assume caráter transformador. Ela permite o resgate da memória, o compartilhamento de experiências e a valorização dos saberes construídos ao longo da vida (Minayo, 2022). Ao reconhecer o idoso como sujeito histórico e ativo, a prática educativa contribui para a inclusão social e para o exercício da cidadania plena.

Nesse sentido, a educação popular aplicada ao contexto da assistência social se apresenta como estratégia essencial para a promoção da dignidade humana. Conforme a Unesco (2023), a aprendizagem ao longo da vida deve ser compreendida como direito universal e como ferramenta de desenvolvimento social. No CRAS, esse princípio é materializado por meio de atividades que integram cultura, educação e convivência comunitária.

Ao promover a participação e o diálogo, o CRAS torna-se um espaço de construção coletiva do saber, onde o aprendizado é visto como processo permanente. Para Jacomini (2024), a educação popular deve ser entendida como prática inclusiva e crítica, capaz de enfrentar desigualdades e estimular a reflexão sobre o papel social do indivíduo. Assim, o idoso é reconhecido não como beneficiário passivo, mas como agente transformador.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dos princípios da educação popular nos CRAS, destacando como essas práticas têm estimulado o protagonismo e o envelhecimento ativo dos idosos. Busca-se compreender como a troca de saberes e a convivência coletiva fortalecem a autonomia e os vínculos sociais, consolidando o CRAS como espaço de educação cidadã e de valorização da experiência de vida.

Portanto, este artigo se propõe a refletir sobre o papel do CRAS na educação de adultos e idosos sob a ótica da educação popular. A partir da análise qualitativa de práticas pedagógicas e intergeracionais, pretende-se evidenciar os resultados, desafios e perspectivas dessas ações, reafirmando a importância do diálogo, da participação e da inclusão como fundamentos para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.



2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por compreender que os fenômenos sociais não podem ser reduzidos a números, mas devem ser analisados em sua profundidade e complexidade. De acordo com Minayo (2022), a pesquisa qualitativa busca compreender o significado das ações e relações humanas em contextos específicos, valorizando a subjetividade e a experiência dos sujeitos. Essa abordagem foi essencial para analisar como as práticas educativas no CRAS contribuem para o fortalecimento da autonomia e da identidade dos idosos.

O tipo de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, que, segundo Gil (2023), permite uma investigação detalhada de um fenômeno dentro de seu contexto real, possibilitando a identificação de práticas, percepções e interações. O estudo foi realizado em diferentes Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Iguatu, no Ceará, por se tratar de um território com forte atuação na política de assistência social e experiências significativas em educação de idosos. Essa escolha possibilitou observar as dinâmicas de convivência e as estratégias pedagógicas aplicadas nos grupos.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados incluíram a observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A observação participante, conforme Triviños (2021), permite ao pesquisador envolver-se nas atividades, compreendendo o cotidiano e o contexto de atuação dos sujeitos. As entrevistas possibilitaram registrar as percepções de idosos e profissionais sobre as práticas educativas. Já a análise de relatórios e registros institucionais complementou a compreensão do funcionamento e das metodologias adotadas pelo CRAS.

A análise dos dados seguiu os princípios da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que consiste em organizar, categorizar e interpretar as informações obtidas, buscando identificar padrões e significados. Essa metodologia foi combinada com o referencial freireano, considerando o diálogo, a problematização e a emancipação como eixos centrais da análise. Assim, as falas e observações foram interpretadas à luz da educação popular e das políticas públicas de envelhecimento ativo (Oms, 2024; Brasil, 2023).

Durante o processo investigativo, priorizou-se o respeito ético e a confidencialidade dos participantes, conforme as orientações das resoluções do Conselho



Nacional de Ética em Pesquisa. Além disso, buscou-se garantir a fidedignidade das informações e a devolutiva social dos resultados aos CRAS envolvidos. Dessa forma, a metodologia adotada não apenas produziu dados relevantes, mas também contribuiu para a reflexão crítica sobre o papel dos profissionais e das práticas educativas na promoção da inclusão e da cidadania das pessoas idosas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação popular, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, compreende o ato educativo como prática libertadora, que busca promover a emancipação e a conscientização dos sujeitos. Freire (2005) destaca que ensinar é um ato político, e que o processo educativo deve partir da realidade e das experiências do educando. Essa concepção rompe com a visão tradicional e bancária da educação, propondo o diálogo como instrumento de construção coletiva do saber e de transformação social.

Desde a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, o Brasil consolidou o entendimento de que a educação é componente essencial da proteção social básica. O CRAS surge, nesse contexto, como um espaço de convivência, escuta e aprendizagem, onde a educação popular encontra terreno fértil para florescer (Brasil, 2023). As ações educativas realizadas nesses espaços contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo autonomia e pertencimento.

Segundo Freire (2022), o diálogo é o elemento central da prática educativa, pois é por meio dele que o sujeito se reconhece como parte do mundo e o transforma. Assim, a educação popular se configura como prática participativa, que reconhece o educando como sujeito histórico e cultural. No CRAS, o diálogo aparece nas rodas de conversa e oficinas, nas quais o aprendizado se constrói de forma horizontal, baseada no respeito mútuo e na valorização das experiências de vida dos idosos.

Minayo (2022) observa que o envelhecimento deve ser compreendido como fenômeno social e cultural, e não apenas biológico. Por isso, as práticas educativas voltadas para esse público precisam considerar o contexto de vida, as memórias e os saberes acumulados ao longo dos anos. Quando o idoso participa de ações educativas no CRAS, ele reencontra significado para sua trajetória e reconhece seu papel na



comunidade, reafirmando-se como sujeito ativo de direitos e saberes.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024) define o envelhecimento ativo como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Nesse sentido, a educação popular atua como estratégia de inclusão, promovendo a participação social e o fortalecimento de vínculos, valores também presentes nas diretrizes do Estatuto do Idoso e na Política Nacional do Idoso.

De acordo com Santos et al. (2024), a educação desenvolvida nos CRAS tem se mostrado eficaz na promoção da autoestima e na ampliação da cidadania de pessoas idosas. As oficinas temáticas, os encontros coletivos e os projetos intergeracionais fortalecem a convivência e permitem o compartilhamento de experiências entre diferentes gerações. Essas ações, inspiradas na pedagogia freireana, demonstram que o aprendizado é contínuo e que o saber é fruto da interação social.

A perspectiva da educação ao longo da vida, defendida pela Unesco (2023), reforça a ideia de que aprender é um processo permanente, que não se restringe à idade ou ao espaço escolar. Essa concepção amplia o papel dos CRAS como ambientes educativos não formais, nos quais se constroem saberes por meio da convivência e da prática comunitária. O aprendizado se transforma em instrumento de inclusão, autonomia e resistência frente às desigualdades sociais.

Para Jacomini (2024), a educação popular precisa ser compreendida como ação inclusiva e política, que busca romper barreiras de acesso e oportunizar o diálogo entre diferentes sujeitos sociais. No caso dos idosos, essa abordagem permite reconstruir identidades, reforçar laços afetivos e fortalecer a autoestima, aspectos fundamentais para a qualidade de vida e para o exercício da cidadania plena.

Lakatos e Marconi (2022) reforçam que o processo educativo em espaços sociais deve ser orientado pela participação ativa e pela valorização da experiência. Dessa forma, as práticas no CRAS, ao utilizarem metodologias participativas, permitem o desenvolvimento de um conhecimento significativo, que integra saberes técnicos e populares. Essa integração torna o processo de aprendizagem mais dinâmico, inclusivo e emancipador.

Assim, o referencial teórico deste estudo apoia-se na intersecção entre a pedagogia freireana e as políticas públicas de assistência social, reconhecendo o CRAS como espaço



de construção coletiva do saber. A educação popular, nesse contexto, consolida-se como caminho de transformação, resgate de memórias e fortalecimento de vínculos. Ao integrar teoria e prática, ela contribui para o envelhecimento ativo, o exercício da cidadania e a consolidação de uma cultura de valorização da pessoa idosa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicaram que as práticas educativas desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) têm proporcionado impactos significativos na vida dos idosos participantes. A análise das atividades observadas revelou que o diálogo e a troca de experiências são elementos centrais para o fortalecimento dos vínculos e da autoestima. De acordo com Freire (2005), o ato de dialogar constitui um processo de libertação e reconhecimento mútuo, no qual todos aprendem e ensinam simultaneamente.

As rodas de conversa, uma das principais práticas observadas, mostraram-se espaços privilegiados para o compartilhamento de vivências e o resgate de memórias. Nessas ocasiões, os idosos puderam narrar suas histórias, refletir sobre suas trajetórias e reconhecer o valor de suas experiências. Conforme Minayo (2022), o resgate da memória contribui para a construção da identidade e para a valorização do sujeito idoso enquanto ser social e histórico, o que fortalece o senso de pertencimento e de continuidade.

Durante as oficinas temáticas realizadas no CRAS, percebeu-se que o aprendizado se manifesta por meio da prática e da convivência. Atividades como artesanato, culinária e jardinagem permitiram aos idosos desenvolver habilidades manuais e cognitivas, além de estimular a socialização. Segundo Santos et al. (2024), o desenvolvimento de competências práticas nos espaços comunitários reforça a autonomia dos participantes e amplia as possibilidades de inserção social e produtiva.

A observação participante evidenciou também que o ambiente do CRAS é propício à criação de vínculos afetivos e de solidariedade. Os idosos se mostraram mais motivados e participativos quando perceberam que suas opiniões eram valorizadas. Essa dinâmica confirma a perspectiva de Freire (2022), para quem a escuta é ato de amor e de reconhecimento da humanidade do outro. Assim, o diálogo torna-se um elemento transformador das relações interpessoais e da aprendizagem coletiva.



Outro aspecto relevante identificado foi o papel das atividades intergeracionais. Projetos que envolveram jovens e idosos possibilitaram a troca de saberes, o respeito mútuo e o fortalecimento dos laços comunitários. De acordo com a Unesco (2023), o diálogo entre gerações é essencial para a construção de sociedades sustentáveis e inclusivas. Tais práticas também ajudaram a reduzir o preconceito etário e a estimular a cooperação entre diferentes faixas etárias.

As entrevistas realizadas com os idosos participantes reforçaram a importância do CRAS como espaço de acolhimento e valorização. Muitos relataram que, antes de ingressar nas atividades, sentiam-se isolados e desvalorizados. Após a participação nas oficinas, relataram melhora na autoestima, na disposição e no convívio familiar. Isso demonstra que a educação popular não apenas ensina, mas também transforma subjetividades e relações sociais (Freire, 2005; Gil, 2023).

Os profissionais entrevistados ressaltaram que a metodologia participativa é essencial para o sucesso das ações. Eles relataram que a escuta ativa e o respeito aos saberes dos idosos fortalecem a confiança e estimulam o envolvimento. Conforme Lakatos e Marconi (2022), o educador deve atuar como mediador, promovendo um ambiente de construção conjunta do conhecimento. Essa postura rompe com o modelo verticalizado e tradicional de ensino, alinhando-se à pedagogia freireana.

Contudo, o estudo também identificou desafios estruturais e operacionais enfrentados pelos CRAS. A escassez de recursos materiais e humanos, além da sobrecarga de trabalho das equipes, limita a continuidade das ações educativas. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (Brasil, 2023) reconhece que o fortalecimento da política de assistência requer investimento constante em capacitação e infraestrutura, condição essencial para a efetividade dos serviços socioeducativos.

Outro obstáculo observado foi a ausência de formação continuada específica para os profissionais que atuam na educação de idosos. Muitos técnicos demonstraram boa vontade, mas relataram falta de conhecimento pedagógico sobre metodologias participativas e intergeracionais. Conforme Jacomini (2024), a formação docente é fator determinante para o êxito das práticas inclusivas, pois permite que o educador compreenda as especificidades de cada grupo e promova intervenções significativas.

Apesar das limitações, verificou-se que os CRAS têm conseguido transformar realidades locais e fortalecer a cidadania de seus usuários. As atividades educativas



promovem um processo de empoderamento, permitindo que os idosos se reconheçam como sujeitos de direitos. Esse movimento reflete o princípio da educação libertadora de Freire (2022), que defende o aprendizado como instrumento de emancipação e de participação política na sociedade.

Os resultados também mostraram que as práticas de educação popular promovem a democratização do saber e o fortalecimento do capital social comunitário. Os idosos, ao compartilharem suas experiências, tornam-se referências de sabedoria e inspiração para os mais jovens. Essa valorização simbólica contribui para a construção de uma cultura de respeito e de solidariedade, princípios fundamentais da PNAS e do Estatuto do Idoso (Brasil, 2004).

A pesquisa apontou ainda que o CRAS funciona como espaço de educação não formal, integrando saberes populares e técnicos. Essa integração permite que o conhecimento se construa de forma coletiva e contextualizada. Segundo a Oms (2024), a aprendizagem contínua e o engajamento social são pilares do envelhecimento ativo, pois fortalecem a autonomia e a saúde emocional dos idosos, aspectos observados nas experiências analisadas.

Outro resultado expressivo foi o impacto das práticas educativas na saúde mental dos participantes. Muitos idosos relataram melhora significativa no humor, na memória e na autopercepção após ingressar nas atividades. Conforme estudos recentes de Santos et al. (2024), a convivência grupal e a valorização da experiência contribuem para reduzir sintomas de solidão e depressão, fortalecendo o bem-estar coletivo e individual.

A intersetorialidade também se destacou como fator determinante para o sucesso das práticas educativas. A articulação entre assistência social, saúde, educação e cultura ampliou o alcance das ações e potencializou os resultados. A PNAS (Brasil, 2023) reforça que a integração de políticas públicas é essencial para garantir a proteção integral dos cidadãos e o acesso equitativo aos direitos sociais. Essa perspectiva amplia o papel educativo dos CRAS como agentes de transformação territorial.

Por fim, os resultados revelaram que a educação popular no CRAS promove um processo contínuo de aprendizado e cidadania. Ao reconhecer o idoso como protagonista e produtor de saberes, as práticas educativas consolidam o conceito de envelhecimento ativo e participativo. Assim, o CRAS reafirma sua função social como espaço de convivência, formação e resistência, fortalecendo a identidade coletiva e a dignidade



humana na velhice.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender que a educação popular aplicada no contexto dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) é um importante instrumento de transformação social e de valorização da pessoa idosa. As práticas observadas demonstraram que o diálogo, a escuta e a troca de experiências fortalecem a autonomia e o protagonismo dos participantes. Como destaca Freire (2005), a educação só é libertadora quando reconhece o educando como sujeito histórico e criador de saberes, e essa concepção se concretiza nas experiências vividas nos CRAS.

Verificou-se que as atividades educativas, como rodas de conversa, oficinas temáticas e projetos intergeracionais, contribuem para o desenvolvimento do envelhecimento ativo, conforme os princípios da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2024). Essas práticas possibilitam aos idosos reafirmar sua identidade, reconstruir vínculos afetivos e ampliar a participação comunitária. O CRAS, ao promover tais ações, consolida-se como espaço de convivência e de educação ao longo da vida, rompendo estigmas e valorizando a diversidade das trajetórias humanas.

Os resultados evidenciaram, entretanto, que ainda persistem desafios estruturais e institucionais. A escassez de recursos, a falta de formação continuada dos profissionais e a limitação de infraestrutura comprometem a continuidade das ações educativas (Brasil, 2023). Para superar essas barreiras, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais e o investimento permanente na capacitação das equipes que atuam na educação social. Assim, garante-se a efetividade e a sustentabilidade das práticas de educação popular nos territórios.

A pesquisa reforça que o CRAS deve ser reconhecido não apenas como unidade de assistência, mas também como espaço de produção de conhecimento e de cidadania. Inspirado na pedagogia freireana, o trabalho educativo desenvolvido nesses espaços contribui para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e inclusiva. Como observa Santos et al. (2024), quando o idoso é ouvido e valorizado, ele se torna agente ativo da transformação social, promovendo o diálogo entre gerações e o fortalecimento comunitário.



Portanto, conclui-se que a educação popular representa um caminho eficaz para o empoderamento da pessoa idosa e para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social. O CRAS, ao integrar educação, convivência e cidadania, transforma-se em espaço de resistência e esperança. Como defendia Freire (2022), “a educação não muda o mundo, muda as pessoas; e as pessoas transformam o mundo”. Assim, reafirma-se a importância de garantir o direito à aprendizagem ao longo da vida como base para o envelhecimento digno, ativo e participativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **PNAS: 20 anos de consolidação e desafios**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções populacionais 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JACOMINI, M. **Políticas públicas e inclusão educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre envelhecimento e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2024.

SANTOS, L. C.; CARDOSO, P. H. G.; SILVA, V. C.; SOUZA, C. M.. **Estratégias de educação para pessoas idosas nos Centros de Referência de Assistência Social**



(CRAS). Revista Educação e Sociedade, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 112–130, 2024.

SANTOS, L. C.; SOUZA, C. M.; SILVA, V. C.; CARDOSO, P. H. G. **Um olhar para as políticas educacionais de acessibilidade nos diferentes segmentos educacionais e setores da sociedade civil.** In: CASTRO, Paula A. de; PICHARILLO, Alessandra D. M. (org.). Educação especial: perspectivas inclusivas e sociais. Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório mundial sobre aprendizagem ao longo da vida: sociedades do conhecimento inclusivas.** Paris: UNESCO, 2023.

